

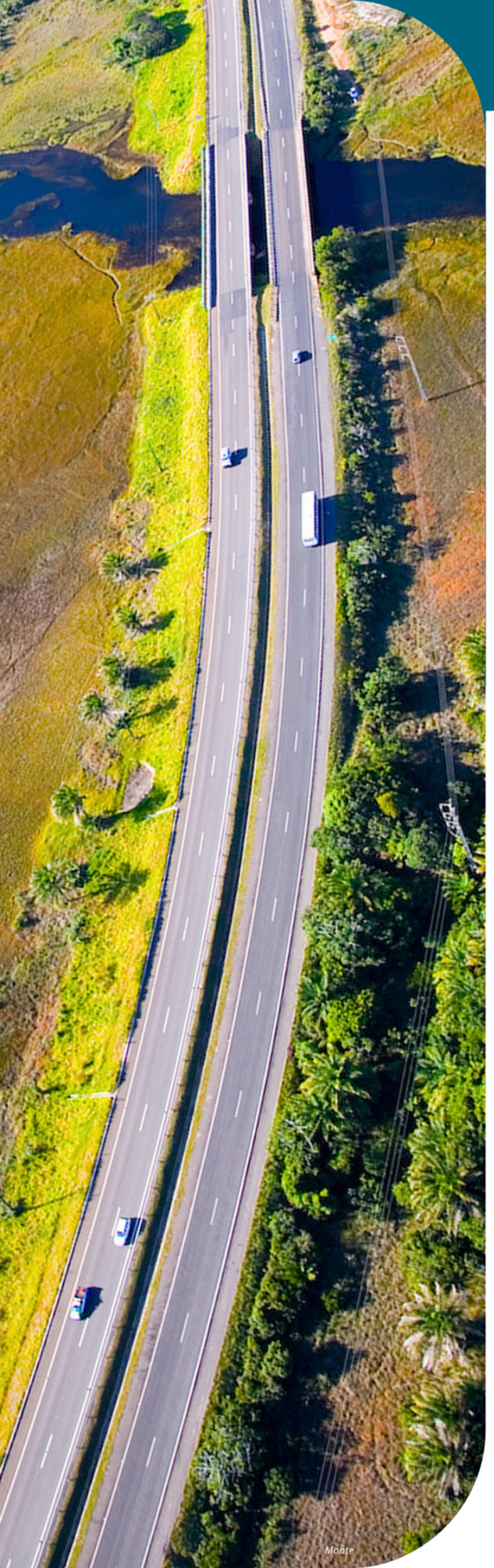


MELHORES RODOVIAS DO BRASIL
ABCR

ABCR em movimento

Relatório de Atividades

2024



03 EXPEDIENTE

05 EDITORIAL

07 GOVERNANÇA

11 REGULATÓRIO

17 LEGISLATIVO

21 IMAGEM

25 SUSTENTABILIDADE

29 PLANEJAMENTO

33 INOVAÇÃO

35 FUTURO DO SETOR

36 O SETOR EM NÚMEROS 2024

38 LISTA DE CONCESSIONÁRIAS 2024

42 EQUIPE TÉCNICA ABCR

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CONCESSIONÁRIAS DE RODOVIAS – ABCR

Informações corporativas

O Relatório Anual da ABCR 2024 foi desenvolvido a partir de informações públicas, da própria entidade e das concessionárias associadas. A ABCR agradece o apoio de todos os que colaboraram para este projeto.

Conselho Diretor
Marco Aurélio Barcelos (presidente)
Brendon Ramos
Eduardo Camargo
José Carlos Cassaniga
Marcelo Afonseca
Ricardo Barra
Rui Klein
Sérgio Garcia

Diretoria Estatutária
Marco Aurélio Barcelos - Diretor-Presidente
Marco Antônio Giusti - Diretor-Executivo
Guilherme Bianco - Diretor de Relações Institucionais

Equipe Técnica 2025
André Curiati – Especialista Regulatório
Beatriz Camara Póvoa – Auxiliar técnica de Design
Caio Monteiro – Analista de Dados
Flávia Momii – Assessora de Conformidade
Jacqueline Rodrigues – Analista de Projetos
Karina Fera – Diretora Jurídica
Ligia Almeida – Assessora de Relações Institucionais
Marcia Candido – Assistente Administrativo
Pamela Barbosa – Gerente de Planejamento e Projetos
Pedro Henrique Sayeg – Advogado
Raymundo Quadros – Gerente Administrativo Financeiro
Roberta Toscano – Gerente de Comunicação e Imagem
Victor Costa – Gerente de Estudos e Inteligência de Mercado

Conselho fiscal
Hugo Mitz
José Ricardo Durante
Josiane Almeida

Sede São Paulo
Rua Geraldo Flausino Gomes, 61
Conjunto 62 – Brooklin – São Paulo (SP)
CEP: 04575-060
Tel.: (11) 5105-1190
Fax: (11) 5105-1199
contato@abcr.org.br

Regional Brasília
SAUS – Quadra 1
Bloco J Ala B Sala 507
Brasília (DF)
CEP: 70070-944
Tel.: (61) 3224-3096

Projeto gráfico e diagramação
Beatriz Camara Póvoa

Textos, revisão e edição
Gabriela Vilaça Comunicação e Conteúdo

Registramos nosso agradecimento às ex-colaboradoras que fizeram parte do ciclo da ABCR 2024, Gabriela Vilaça e Luana Godinho.

CONCESSÕES DE RODOVIAS: UM ANO ESPECIAL

Por Marco Aurélio Barcelos, diretor-presidente da ABCR



Para o mercado de concessões de rodovias no Brasil, 2024 foi um ano alvissareiro, com **avanços e transformações** sem precedentes. Nas concessões de rodovias brasileiras, o ano de 2024 trouxe inovações e quebras de paradigma em várias frentes, deixando sinais claros de que o setor permanecerá como protagonista das políticas públicas de infraestrutura.

Houve uma expansão significativa, fortalecida por avanços regulatórios, novos projetos e uma pauta consistente de investimentos públicos e privados. No total, foram **dez leilões bem-sucedidos** ao longo do ano, número recorde e que levou ao aumento de 14% da malha rodoviária concedida no Brasil. Participaram das licitações 18 atores ao todo, com 12 novos entrantes.

Sob a ótica da regulação, um dos destaques de 2024 foi a **consolidação do Free Flow**, que avançou de modo decisivo no País. Merece destaque, ainda, a atualização da metodologia para o cálculo do Custo Médio Ponderado de Capital (WACC) regulatório pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) para as concessões rodoviárias (Resolução ANTT 6.048/2024), o que sem dúvidas contribuiu para a atratividade das licitações conduzidas no ano.

A aprovação da 4ª norma do Regulamento das Concessões Rodoviárias - RCR (Resolução ANTT 6.053/2024), a homologação das primeiras balanças de pesagem em movimento (HS-WIM), a regulamentação dos Pontos de Parada e Descanso para caminhoneiros e a aprovação, pelo Tribunal de Contas da União (TCU), da repactuação de três concessões rodoviárias também são exemplos que consolidam o entendimento de que o setor teve relevantes avanços no ano que passou.

Em paralelo, a agenda de **sustentabilidade e resiliência climática** ganhou ainda mais força com a criação de novos marcos e compromissos, estimulando a melhoria contínua em aspectos ESG - o Ministério dos Transportes e a ANTT construíram respostas inteligentes para o tema, e a ABCR lançou, pela primeira vez, o **Atlas de Sustentabilidade do Setor de Concessões de Rodovias.** O documento estipula um índice para todas as concessionárias associadas, e é mais uma forma de mensurar os avanços do setor frente a essa indispensável agenda.

Todos esses eventos traduzem uma pequeníssima amostra dos pontos altos do ano ao qual refere-se este nosso documento. É claro, não se podem ignorar os **desafios** que se impõem, sejam eles de ordem econômica, como juros altos e pressão inflacionária, sejam de natureza institucional, como a necessidade de seguir aperfeiçoando mudanças regulatórias, em especial no nível infranacional.

Como representante das empresas que administram as melhores rodovias do Brasil, a ABCR segue empreendendo esforços para liderar as discussões mais relevantes do setor, sempre pautada pelo diálogo técnico de alto nível, pela **governança, transparência e integridade.** Este relatório reflete tal dedicação: uma amostra de como a ABCR e todas as concessionárias direcionam esforços para aprimorar o setor, com contratos cada vez melhores, com serviços de muita qualidade ofertados aos cidadãos, e mirando sedimentar o caminho para o desenvolvimento econômico e social do nosso País.



Rota das Bandeiras

GOVERNANÇA

COMPLIANCE E INFRAESTRUTURA: AGENDA SEGUE AINDA MAIS FORTALECIDA

ABCR conduz pesquisa pioneira e consolida Fórum Permanente para intensificar agenda de integridade em conjunto com outras entidades de infra

A ABCR deu um passo marcante no fortalecimento do compliance no setor de infraestrutura ao lançar a primeira edição da **Pesquisa sobre Compliance nas Entidades Representativas do Setor de Infraestrutura no Brasil.** O estudo inédito teve como objetivo mensurar o grau de maturidade dos programas de integridade em 28 organizações que atuam nos diversos modos de transporte, oferecendo um panorama abrangente dos desafios e avanços no campo da governança e da transparência.

Desenvolvida em parceria com a KPMG, a pesquisa teve seus resultados divulgados no evento “Integridade em Foco: Unindo setor público e privado”, promovido pelo Ministério dos Transportes em parceria com a Controladoria-Geral da União (CGU) em agosto. O encontro contou com a presença do diretor-presidente da ABCR, Marco Aurélio Barcelos, e de diversos representantes de órgãos públicos e da iniciativa privada, que discutiram tendências e boas práticas para aprimorar os mecanismos de conformidade no Brasil.

A metodologia considerou 5 níveis de maturidade quanto a oito pilares de Compliance. “As entidades setoriais precisam absorver a integridade. Os resultados apontam para muitos avanços nos últimos anos, e alguns desafios. Um dado identificado é que 64% dos participantes informaram que seus programas de Compliance ainda estão em níveis iniciais de maturidade”, comenta a Assessora de Conformidade da ABCR, Flavia Momii, líder do projeto.

Por outro lado, a pesquisa revelou que 89% das entidades participantes reconhecem a importância do Compliance para a transparência, credibilidade e sustentabilidade de suas atividades. Esse índice confirma a crescente conscientização quanto ao papel das boas práticas de governança na redução de riscos e na consolidação de uma imagem institucional positiva. Entretanto, também indicou que 64% dos programas ainda estão em estágios iniciais de desenvolvimento, sinalizando um caminho a ser percorrido para que o setor alcance níveis de excelência em integridade.

R$ 21,5 bilhões aplicados
pelas concessionárias em 2024 (capex + opex), recorde da série histórica iniciada em 2010



Fórum Permanente de Integridade Setorial

Outro grande destaque do ano foi a criação do **Fórum Permanente de Integridade Setorial**, implementado por meio de Acordo de Cooperação Técnica formalizado pela ABCR e outras entidades representativas de relevantes setores da infraestrutura como a Associação e Sindicato Nacional das Concessionárias Privadas de Serviços Públicos de Água e Esgoto (ABCON SINDCON), Aeroportos do Brasil (ABR), Associação Brasileira dos Terminais Portuários (ABTP), Associação Nacional das Empresas de Obras Rodoviárias (Aneor), Associação Nacional dos Transportadores de Passageiros sobre Trilhos (ANPTrilhos), Associação Nacional dos Transportadores Ferroviários (ANTF) e o MoveInfra.

A iniciativa, lançada em dezembro, visa promover discussões permanentes sobre ética e compliance, incentivando o compartilhamento de experiências dos partícipes e a formação de uma frente colaborativa entre o setor privado, órgãos do poder público, academia e outros especialistas, buscando fortalecer a cultura de integridade no País.

Comunicações, treinamentos e encontros com as associadas

As associadas também participaram de **encontros estratégicos** ao longo do ano, como a reunião com o executivo Rafael Mendes (Novonor/OEC), que abordou práticas de integridade e gestão de riscos, e o workshop “Canal de Denúncias: Qual o seu papel?”, realizado em parceria com a Contato Seguro. Esse workshop reuniu membros de vários fóruns da ABCR, destacando a importância de canais de denúncia confiáveis na prevenção de comportamentos antiéticos.

Durante 2024, a ABCR intensificou a difusão de informações relativas ao compliance por meio de comunicados mensais, enfatizando a importância do Código de Ética e Conduta. Além do treinamento sobre o Código de Ética, voltado a todos os colaboradores e conselheiros, houve capacitação focada em Segurança da Informação, atingindo 100% de adesão.

Presença internacional e novas políticas

A relevância da agenda de compliance impulsionou a participação da ABCR no **Fórum Global Anticorrupção e Integridade da OCDE**, em Paris. O evento, que celebrou o 25º aniversário da Convenção Anticorrupção, reuniu especialistas de diversos países para compartilhar experiências e delinear futuras ações conjuntas, e contou com a presença da Assessora de Conformidade da ABCR, Flávia Momii.

Ainda em 2024, a Associação concluiu a revisão completa de seu **Caderno de Compliance**, contendo nove políticas alinhadas às exigências da ABNT NBR ISO 37001. A atualização, aprovada pelo Conselho Diretor da Associação, reforça o compromisso do setor com a ética, o combate à corrupção e a melhoria contínua de suas práticas de governança. As políticas podem ser acessadas em https://melhoresrodovias.org.br/compliance.

Novo Canal de Ética e Pesquisa Compliance

Em maio, a ABCR disponibilizou um **novo Canal de Ética**, acessível diretamente pelo site ou aplicativo Contato Seguro. A iniciativa visa facilitar o acesso e ampliar a divulgação do canal, incentivando a comunicação de desvios éticos e fortalecendo a cultura de integridade na organização. Em 2024, nenhuma denúncia relevante foi registrada no Canal de Ética da Associação, demonstrando tanto a eficácia das ações preventivas quanto a tranquilidade de colaboradores e parceiros em buscar a orientação adequada.

A eficácia do mecanismo de integridade da ABCR, avaliada por meio de uma pesquisa interna anual junto às suas associadas, registrou **nota final de 4,5**, demonstrando alto nível de satisfação dos respondentes com o Programa de Compliance e a governança da ABCR. Realizada pelo 4º ano consecutivo, a pesquisa passou por uma revisão metodológica em 2024. O nível de satisfação das associadas em relação às iniciativas e atividades de compliance e governança foi avaliado em uma escala de 1 a 5, onde 1 representa "totalmente insatisfeito" e 5 "totalmente satisfeito". Esse resultado reflete o esforço da associação em promover um ambiente íntegro e transparente, e em aprimorar continuamente suas práticas de gestão.

4,5

Pesquisa de Percepção de Governança, Transparência e Compliance
(escala de 1 a 5)

625

Análises de Riscos de Integridade realizadas pela Assessoria em 2024

Adotado registro automatizado de interações com agentes públicos (ferramenta Meritum)
Não foram identificados casos de descumprimento das políticas, leis e diretrizes internas em 2024



REGULATÓRIO

AVANÇOS REGULATÓRIOS MARCAM ANO DO SETOR

Ano de 2024 teve importantes evoluções no arcabouço regulatório das concessões de rodovias

A Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias tem desempenhado intenso papel propositivo no cenário jurídico e regulatório do país, especialmente em meio a eventos extraordinários que impactaram significativamente o setor. Durante o ano de 2024, a atuação da ABCR esteve no centro de importantes discussões, promovendo estudos técnicos, propostas de aprimoramentos regulatórios com órgãos do Poder Executivo e agências reguladoras.

Chama a atenção, logo de início, a **atualização da metodologia para o cálculo do WACC** regulatório para as concessões rodoviárias (Resolução ANTT nº 6.048/2024). Com apoio técnico de consultoria contratada, a ABCR desempenhou papel fundamental na revisão da metodologia de cálculo. “As mudanças representam um avanço significativo na precificação de projetos de concessão rodoviária, tornando-a mais previsível e alinhada às melhores práticas do mercado”, destaca a Diretora Jurídica da ABCR, Karina Fera.

O clausulado de risco nas concessões de rodovias, por outro lado, trouxe aprimoramentos concretos: os contratos passaram a incluir a noção de risco “residual” e “extraordinário”, os quais seriam assumidos pelo poder concedente quando os respectivos impactos ultra-passassem 5% da receita da concessionária (tal patamar foi reduzido, nos projetos mais recentes, como nos Lotes 3 e 6 do Paraná, para 2%). Também se previu a assunção, pelo poder concedente, do risco pelo atraso na obtenção dos licenciamentos ambientais (desde que a concessionária demonstre ter atendido a certos requisitos); bem como o compartilhamento do risco de variação dos custos das condicionantes exigidas em tais licenças.

Ainda, a aprovação da **4ª norma do Regulamento de Concessões Rodoviárias – RCR** (Resolução ANTT nº 6.053/2024), foi um grande marco do ano, ao modernizar os parâmetros de fiscalização e penalidades aplicáveis às concessionárias e sedimentar, no universo das rodovias, a chamada regulação responsiva – com distintos níveis de atuação da agência, conforme o desempenho das empresas. O processo também contou com intensa atuação da Associação.

1,7 milhão de veículos
atendidos pelas concessionárias em 2024
(1 a cada 18 segundos)

Outro avanço regulatório relevante para as concessões de rodovias foi a Instrução Normativa ANTT nº 33/2024, que estabelece diretrizes para a **recomposição cautelar do equilíbrio econômico-financeiro.** A norma define critérios para a antecipação parcial de compensações em casos de impactos reconhecidos, mas ainda pendentes de quantificação final. A ABCR teve participação ativa no processo, apresentando contribuições técnicas e participando do debate para a estruturação da nova norma e seus impactos sobre a sustentabilidade das concessões.

Falando em **debêntures**, esse é outro destaque para o ano de 2024 e que traz impactos diretos sobre a infraestrutura do País. A Lei nº 14.801/2024 criou a modalidade das debêntures de infraestrutura, ampliando os instrumentos disponíveis para o financiamento dos projetos de concessão. A lei foi regulamentada pelo Decreto nº 11.964/2024 e o Ministério dos Transportes incumbiu-se de editar os procedimentos de aprovação ministerial por meio da Portaria nº 689/24.

Custos Rodoviários

Os debates sobre **custos rodoviários** avançaram em duas frentes complementares em 2024: i) propostas de revisão de composições prioritárias do Sistema de Custos Referenciais de Obras - SICRO e ii) análise da metodologia de custos referenciais para precificação de obras rodoviárias. Na primeira, concessionárias reuniram registros de campo destacando produtividades abaixo do previsto em itens como fresagens, juntas de dilatação e base/sub-base de rachão. O IBEC avaliará os resultados e recomendará ajustes nas composições.

Em paralelo, foi analisada a metodologia de custos referenciais para obras, desenvolvida pela UFSC e Labtrans para a ANTT. Em análises preliminares, apesar de melhorias em comparação ao próprio SICRO, ainda foram identificadas distorções, com resultados cerca de 50% abaixo dos custos reais de mercado. O desafio para 2025 será aprimorar essa metodologia ou buscar uma nova abordagem que reflita com mais precisão a realidade do setor.

> A atuação da ABCR esteve no centro de importantes discussões, promovendo estudos técnicos, propostas de aprimoramento e articulações com o Poder Público e parceiros estratégicos

Licenciamento ambiental

Merece menção, no ano de 2024, a **modernização do licenciamento ambiental de rodovias no Estado de São Paulo**. Após diálogo técnico com a Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB), com participação ativa das equipes de meio ambiente das concessionárias associadas à ABCR, que formaram Força-Tarefa dedicada a debater e propor soluções para os desafios do licenciamento, chegou-se à implementação de importantes melhorias no processo de licenciamento ambiental para as rodovias concedidas no Estado de São Paulo, incluindo a unificação das Licenças de Operação por concessionária, a ampliação da Autorização para Supressão Vegetal para toda a malha concedida e a concessão de pré-autorização para intervenções na faixa de domínio.

O avanço reduz a burocracia de ampliação e manutenção das rodovias paulistas, embora persistam desafios como a harmonização nacional dos procedimentos de licenciamento e a necessidade de reforçar os recursos humanos e materiais dos órgãos licenciadores em todo o Brasil. Mesmo assim, a experiência em São Paulo sinaliza uma evolução significativa em direção a um cenário de maior eficiência, transparência e maior previsibilidade para as concessões rodoviárias.

O trabalho foi concluído com a publicação da Decisão de Diretoria nº 022/2024/I, que formalizou os novos procedimentos para a regularização ambiental das rodovias em operação no Estado de São Paulo. Como resultado imediato dessa evolução regulatória, foram emitidas, ainda em 2024, as Licenças de Operação das concessionárias Eixo, Intervias, ViaOeste, SPVias e Ecovias.

“A conquista representa avanço significativo para a gestão ambiental das rodovias concedidas em São Paulo, mas desafios importantes ainda precisam ser enfrentados. A harmonização dos processos de licenciamento em nível nacional, a previsibilidade nos prazos e exigências e a incorporação de diretrizes de resiliência climática são temas que exigem atenção contínua. Também é fundamental fortalecer a estrutura dos órgãos licenciadores, garantindo recursos para acompanhar a complexidade dos projetos. A Associação seguirá engajada nesse debate”, enfatiza o gerente de Estudos e Inteligência de Mercado da ABCR, Victor Costa.



Covid-19

A busca pela recomposição do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão federais, diante do impacto severo da pandemia da Covid-19 sobre os preços dos insumos, registrou avanços significativos em 2024. Desde 2022, a ABCR tem atuado de forma decisiva na defesa desse pleito, sustentada por estudos técnicos que demonstram a correlação direta entre a pandemia e o aumento expressivo dos custos de obras rodoviárias.

Em 2023, a Procuradoria Federal junto à ANTT já havia reconhecido o mérito da reivindicação, abrindo caminho para a discussão metodológica sobre a quantificação dos impactos. Com o suporte técnico de especialistas, a ABCR apresentou proposta de metodologia detalhada, que permitiu tratamento objetivo para o tema.

O ano de 2024 marcou a consolidação dessa agenda, com o avanço da ANTT no estabelecimento de uma metodologia única para os contratos afetados. A definição da metodologia pela Agência representa um passo crucial para mitigar os desequilíbrios gerados e restabelecer a previsibilidade regulatória, permitindo que as concessionárias retomem seus compromissos de longo prazo com maior segurança financeira.

Além do avanço no âmbito federal, em 2024 houve também importante precedente em nível estadual. A Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Rio Grande do Sul (AGERGS) deferiu parcialmente o pedido de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro da concessionária Rota de Santa Maria S.A, reconhecendo o impacto extraordinário do aumento dos insumos. Essas são, até então, as únicas agências do País a terem se pronunciado sobre o problema.

No que tange aos impactos da Covid-19 sobre a receita das concessionárias no Programa de Concessões Rodoviárias de São Paulo, a ARTESP executou duas relevantes medidas: o reajuste cautelar nas tarifas de pedágio para contribuir com a mitigação dos efeitos da pandemia até decisão definitiva sobre o assunto, bem como a abertura de consulta pública voltada à discussão de portaria que tratará da metodologia do reequilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão de rodovias impactados.



ViaRondon

AÇÕES JUDICIAIS RELEVANTES

COBRANÇA DE IPTU

Um dos relevantes temas discutidos em 2024 no âmbito da Câmara de Promoção de Segurança Jurídica no Ambiente de Negócios (Sejan), foi a incidência (ou não) de IPTU sobre imóveis públicos utilizados pelas concessionárias para prestação de seus serviços. Após o pronunciamento de diversas entidades dos setores público e privado e a análise de estudos jurídicos e econômicos elaborados pela ABCR a respeito do tema, a AGU proferiu parecer pela impossibilidade de cobrança de tal imposto às concessionárias, levando em conta, especialmente, a natureza pública dos serviços por elas prestados e a titularidade do imóvel por ente público. Esse parecer foi anexado pela AGU em leading case em trâmite perante o STF, o que ensejou a determinação de suspensão do andamento de todos os processos judiciais e administrativos que discutem o tema até julgamento do caso.

ENCAMPAÇÃO DA LINHA AMARELA

O Município do RJ ajuizou pedido de Suspensão de Liminar no Superior Tribunal de Justiça contra decisões do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro que impediam a encampação, por aquele município, e a retomada do serviço público de concessão da Linha Amarela, sem qualquer indenização prévia à concessionária. O Ministro Presidente do STJ deferiu o pedido formulado na Suspensão de Liminar, permitindo a imediata assunção dos serviços pelo Município do RJ. Diante da flagrante situação de insegurança jurídica, a ABCR ajuizou reclamação perante o STF, que foi julgada procedente para declarar a competência daquela Corte para conhecer de matéria relativa à encampação de serviço público sujeito ao regime de concessão, sem justa e prévia indenização (artigo 5º, inciso XXIV, da CRFB).

REMUNERAÇÃO POR FAIXAS DE DOMÍNIO

Em 2024, a ABCR continuou atuando em múltiplas demandas judiciais em trâmite nos Tribunais Superiores, buscando consolidar o entendimento de que é lícito o pagamento, às concessionárias de rodovias, pela disponibilização da faixa de domínio a concessionárias de serviços de gás, energia, saneamento, entre outras. Em Recurso Especial que conta com a atuação da ABCR, a ANTT reconheceu expressamente a legitimidade de tal cobrança pelas concessionárias de rodovias a demais concessionárias de serviços públicos.

PUBLICIDADE EM FAIXAS DE DOMÍNIO

A possibilidade de colocar anúncios em áreas adjacentes às rodovias estaduais paulistas foi ampliada em 2024 com a aprovação do Projeto de Lei nº 183/2024, que revogou proibição prevista na Lei 8.900/94. O PL foi aprovado pela Assembleia Legislativa do Estado de SP (ALESP), dando origem à Lei 18.107/2025, possibilitando, assim, que as concessionárias de rodovias pudessem obter essa relevante receita acessória, cuja arrecadação está expressamente prevista nos contratos de concessão. A ABCR apoiou e discutiu o tema, contribuindo com análises técnicas e interlocução institucional ao longo do processo legislativo.



Saulo Cruz

LEGISLATIVO

ATUAÇÃO JUNTO AO CONGRESSO NACIONAL

Em março de 2024, a ABCR lançou a primeira edição da **Agenda Legislativa das Rodovias Concedidas** – Congresso Nacional. O documento apresenta um resumo e o estágio atual das principais propostas de alterações de leis em trâmite na Câmara dos Deputados e no Senado Federal com repercussão direta sobre o setor de infraestrutura rodoviária do País, assim como a análise e o posicionamento do setor.

“A Agenda é um importante instrumento de diálogo e uma fonte útil para compreender as principais discussões legislativas que envolvem o setor de concessões de rodovias, permitindo acompanhar e promover o debate qualificado para garantir o aprimoramento das políticas públicas de infraestrutura de transporte”, destaca o diretor de Relações Institucionais da ABCR, Guilherme Bianco.

A Associação manifestou-se institucionalmente sobre relevantes projetos de lei afetos ao setor de transportes, em especial no âmbito do Congresso Nacional, tendo obtido posicionamento favorável tanto na Câmara dos Deputados, quanto no Senado em diversos temas, com destaque para:

Lei Complementar 214/2025, oriunda do Projeto de Lei nº 68/2024, que institui Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS) e Imposto Seletivo (IS), regulamentando Reforma Tributária

A ABCR participou das discussões técnicas sobre a Reforma Tributária, cuja regulamentação, em parte, culminou no PLP 68/2024. Ao longo de todo o processo, reiterou-se importância da preservação do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de longo prazo frente ao inevitável aumento da carga tributária decorrente do novo regime. Por meio de articulação técnica e institucional, em conjunto com outras entidades do setor, as propostas da ABCR foram incorporadas no texto legal, que passa a prever mecanismos claros e ágeis para garantir a sustentabilidade financeira dos contratos de concessão afetados pelas mudanças tributárias. Esta conquista fortalece a segurança jurídica do setor e protege os interesses tanto das concessionárias quanto dos usuários, garantindo a continuidade dos investimentos e a qualidade dos serviços prestados.

75,6 mil pessoas empregadas

pelo setor em 2024, número 36% superior a 2023

Projeto de Lei nº 4.511/2024, que propõe alterar o Código de Trânsito Brasileiro, para incluir deveres ao condutor ao avistar um atendimento ou fiscalização na via (“Afaste-se”)

A ABCR articulou e destacou a importância da medida para proteger a integridade física dos usuários e dos profissionais que atuam na operação das rodovias. O deputado Gilberto Abramo (Republicanos/MG) reconheceu a relevância da proposta e apresentou o PL em apoio ao movimento “Afaste-se”, lançado pela CCR no Brasil e com adesão de dezenas de concessionárias no País, que busca prevenir acidentes e proteger os colaboradores e outros profissionais que atuam nas rodovias. O Projeto de Lei estabelece novas obrigações aos condutores ao avistarem atendimentos médicos, atividades de manutenção, fiscalização e obras nas rodovias.

Projeto de Lei nº 1.533/2023, que propõe alterar o art. 98 da Lei nº 8.171/1991, para regulamentar o uso das faixas de domínio ao longo das rodovias

A utilização das faixas de domínio para atividades de reflorestamento pode representar riscos significativos, comprometendo a visibilidade e a segurança no tráfego, além de aumentar a severidade de acidentes. A ABCR evidenciou os riscos da alteração, como, por exemplo, conflitos com projetos de ampliação/duplicação das rodovias; impactos nas concessões já vigentes e dificuldades na fiscalização; divergência de interesses entre concessionários agrícolas, rodoviários e usuários, gerando insegurança jurídica, entre outros. A Associação atuou junto ao relator, que acolheu as preocupações apresentadas e submeteu um novo parecer ao PL, preservando as outorgas das concessões remuneradas até o vencimento dos contratos firmados.

Projeto de Lei nº 2.736/2021, que propõe alterar a Lei nº 10.209/2001, que institui o Vale-Pedágio obrigatório sobre o transporte rodoviário de carga, para modificar sua forma de pagamento

A ABCR tem expressado preocupações significativas em relação à proposta de flexibilização dos métodos de pagamento do Vale-Pedágio Obrigatório para incluir meios eletrônicos adicionais. Em Audiência Pública na Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado Federal, a Associação demonstrou que a flexibilização sugerida pode aumentar significativamente a evasão de pedágio e dificultar o monitoramento do uso correto dos recursos provenientes do Vale-Pedágio.

PARTICIPAÇÃO EM AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

Um dos fundamentos da atuação da Associação é a transparência e a manutenção de um diálogo constante com o Poder Público. Em 2024, a ABCR participou de **26 Processos de Participação e Controle Social** - entre eles Audiências Públicas, Consultas Públicas, Tomadas de Subsídios e Reuniões Participativas, formalizando **mais de 500 contribuições técnicas**, endereçadas para órgãos e entidades federais e subnacionais, nos seguintes temas:

Órgão	Assunto
MinFaz	Taxonomia Sustentável Brasileira (1ª Fase)
ANTT	Manual de fiscalização da infraestrutura rodoviária
ANTT	Free Flow (Audiência Pública)
ANTT	Sistema de Gestão de Investimentos de Concessões Rodoviárias - SIGICOR
ANTT	Free Flow – Migração opcional
ARTESP	Metodologia para mensuração dos impactos da pandemia do Covid-19 sobre a receita tarifária
ANTT	Metodologia de cálculo dos impactos da pandemia do Covid-19 no preço dos insumos das obras rodoviárias (Audiência Pública)
DNIT	Manual de Custos de Estudos de Projetos de Obras e de Projetos Ambientais
ANTT	Fiscalização e acompanhamento da verba de desapropriação e ao acervo da faixa de domínio
ANTT	Regulamento dos Meios de Pagamento da Tarifa de Pedágio
ANTT	Agenda Regulatória 2025/2026
ANTT	Tutela do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos
ANTT	Manual de fiscalização da infraestrutura rodoviária
ANTT	Quinta norma do Regulamento de Concessões Rodoviárias (RCR5)
ANTT	Plano de Sustentabilidade
MinTransp	Free Flow
MinTransp	Debêntures incentivadas e de infraestrutura
ANTT	Parâmetros de desempenho e parâmetros técnicos
ANTT	Custo Médio Ponderado de Capital (CMPC ou WACC)
MinTransp	Plano Setorial de Transporte Rodoviário
ARTESP	Autorização de acesso não comercial em rodovias
TCU	Fiscalização em concessões e PPPs
AGU	IPTU sobre imóveis públicos em concessões
ANTT	Pontos de Parada e Descanso – PPDs
ANTT	Metodologia de cálculo dos impactos da pandemia do Covid-19 e da Guerra da Rússia e Ucrânia no preço dos insumos das obras rodoviárias (Reunião Participativa)
ANTT	Práticas ESG
ANTT	Free Flow (Reunião Participativa)



IMAGEM

ALCANCE SETORIAL AMPLIADO

Comunicação com os diferentes atores e ampliação de estratégias de comunicação foram pontos fortes em 2024

A comunicação setorial ganhou novos contornos no ano de 2024 e estratégias que ampliaram o alcance do setor em diferentes frentes. Destaque para a **Bienal das Rodovias 2024**: o caminho da sustentabilidade, realizada em agosto e que teve recorde de público: 2.300 participantes. No maior evento do setor de concessões de rodovias do Brasil, estiveram mais de 150 painelistas em 34 painéis - **destaque para a participação feminina** (52% dos painelistas). O evento contou com cobertura ao vivo da CNN Brasil, que montou estúdio no espaço.

Ainda como parte da estratégia de consolidação da Associação como referência no setor, a ABCR lançou, em 2024, **boletim em parceria com a Agência Infra**, principal veículo especializado do setor de infraestrutura no País. Com periodicidade semanal, o boletim teve mais de 220 mil visualizações, com média de 5 mil leituras por edição. “Esse é um importante produto para ampliarmos a divulgação de informações relevantes do setor, além de dar visibilidade a projetos e entregas impor-tantes das concessionárias associadas”, comenta a gerente de Comunicação e Imagem da ABCR, Gabriela Vilaça. “Nesse sentido, também lançamos, em 2024, a Agenda do Setor de Concessões de Rodovias, que concentra as principais datas e eventos de infraestrutura rodoviária do País e é disparada mensalmente para um mailing de mais de 6 mil pessoas do setor, além de ficar disponível no site da ABCR”, completa.

O trabalho nas **redes sociais** seguiu com a contratação de influenciadores como a influenciadora Rafa Tuma, em vídeo que registrou mais de 1 milhão de visualizações e cerca de 50 mil interações. Campanhas de segurança viária, como o **Pacto pela Segurança Viária**, e pautas conjuntas com o Ministério dos Transportes, Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), Associação Brasileira das Empresas de Pagamento Automático para Mobilidade (ABEPAM) e Associação Brasileira das Empresas de Transporte Terrestre de Passageiros (ABRATI) também tiveram destaque durante o ano.

No final de 2024, foi realizado o **Dia D pela Vida nas Rodovias**, que marcou mobilização inédita de todas as concessionárias de rodovias em prol da segurança viária e do cuidado com todos os usuários das estradas. O Dia D foi criado pela ABCR em conjunto com as concessionárias de rodovias com o objetivo de ser um dia coordenado dedicado à segurança viária e se tornar uma data referência no setor de concessões de rodovias. As associadas à ABCR realizaram uma série de ações nos trechos, com foco na conscientização sobre sinistros com trabalhadores nas rodovias. A campanha também foi divulgada nas redes sociais, painéis nas rodovias, folhetos e outros meios.

4 mil km de rodovias

concedidas em 2024, com mais de R$ 100 bilhões em investimentos previstos







Bienal das Rodovias 2024 debateu a sustentabilidade em todas as dimensões para o setor

Parcerias Internacionais

Em 2024, visando a consolidar uma **rede internacional** com entidades relevantes, a ABCR firmou parcerias com a International Road Federation (IRF), com a Asociación de Empresas Constructoras y Concesionarias de Infraestructuras de España (SEOPAN) e com o Conselho de Políticas de Infraestrutura do Chile (CPI).

A iniciativa visa promover a colaboração entre as entidades participantes, para a troca de informações, melhores práticas, estudos e atualizações sobre o setor de infraestrutura de rodovias ao redor do mundo. Em 2025, será definida a agenda de ações para os próximos anos, buscando-se, ainda, a ampliação da rede com mais atores.

Destaques comunicação 2024

+2.300
Participantes na Bienal das Rodovias 2024

+ 220 mil
Visualizações do Boletim Melhores Rodovias e Agência Infra

+ 26 mil
Acessos à Agenda do Setor no site da ABCR

+ 3 mi
De alcance nas redes sociais da ABCR em 2024

Prêmio Destaques ANTT 2024

Em dezembro, a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) promoveu o **Prêmio ANTT – Destaques 2024,** evento que destacou e reconheceu, pelo segundo ano, as melhores práticas, projetos e iniciativas da infraestrutura rodoviária e ferroviária no Brasil. A premiação ocorreu na sede da ANTT, em Brasília, com o apoio da ABCR, da ANTF e da Confederação Nacional dos Transportes (CNT). Confira as concessionárias vencedoras de cada categoria:

Gestão de Obras e Investimentos
Nova Rota do Oeste

Atenção ao Usuário
Ecovias do Cerrado

Eficiência Energética
CCR RioSP

Sustentabilidade Ambiental
Arteris Planalto Sul

Gestão Interna e Desenvolvimento de Pessoal
Ecosul

Interação com a Sociedade
Nova Rota do Oeste

Engenharia
Arteris Litoral Sul

Vias Seguras
Eco050

Integridade
CCR ViaSul

Segurança Viária
Ecoponte

Além disso, as concessionárias Nova Rota do Oeste, CCR Viasul e EPR Via Mineira foram premiadas na categoria Destaque Regulatório 2024. A ABCR também recebeu reconhecimento pelo projeto Pacto pela Segurança Viária.

ACESSE O ATLAS DE SUSTENTABILIDADE



AGENDA ESG CONSOLIDADA EM 2024

Criação do Comitê de Sustentabilidade da ABCR e lançamento do Atlas de Sustentabilidade do Setor foram alguns dos destaques no ano

Ante os eventos climáticos que ocasionaram prejuízos para a infraestrutura e a perda de vidas em várias regiões do Brasil nos últimos tempos, pauta que também contou com grandes avanços em 2024 diz respeito à sustentabilidade.

Com a Portaria nº 622/24, o Ministério dos Transportes previu a alocação de recursos para o **aumento da resiliência das rodovias concedidas**, assim como a mitigação da emissão de gases de efeito estufa e a promoção da transição energética. Foi indicado que a ANTT realizasse, por intermédio das concessionárias, estudo para identificar áreas vulneráveis e levantar ações de adaptação da infraestrutura rodoviária frente às mudanças climáticas, com a possibilidade de novos investimentos nos contratos existentes, com eventual suporte em ajuste tarifário. A ABCR vem conduzindo estudo setorial para apoiar a iniciativa e contribuir para as ações de adaptação das concessões.

Na mesma linha da sustentabilidade, foi criado em 2024, pela ANTT, o **Programa de Sustentabilidade** para Infraestrutura de Rodovias e Ferrovias Federais (Resolução ANTT 6.057/2024), fixando nove parâmetros de desempenho para a avaliação e a mensuração do desenvolvimento sustentável das infraestruturas por ela reguladas. A adesão é voluntária, e estão previstas medidas de incentivo para tanto, como o enquadramento das concessões para a emissão de debêntures incentivadas e de infraestrutura. A ABCR participou das discussões para o lançamento do Programa.

Ainda a esse propósito, a ABCR implementou, em 2024, o **Comitê de Sustentabilidade**, com o objetivo de desenvolver, difundir, implementar e monitorar ações que promovam a sustentabilidade setorial. A Associação também lançou, no final do ano, a primeira edição do **Atlas de Sustentabilidade das Concessões de Rodovias do Brasil,** importante marco para o setor. O documento reúne dados, indicadores de desempenho e exemplos de boas práticas e casos inspiracionais em cada eixo ESG (Ambiental, Social e Governança) adotadas pelas concessionárias associadas à ABCR em todo o país, além de estipular **metas setoriais** para todas as concessionárias a ela associadas, conforme apresentado a seguir:

	2024	2025	2026	2027
Ambiental	73%	80%	85%	90%
Social	79%	84%	87%	90%
Governança	85%	88%	90%	90%

> A ABCR implementou, em 2024, o Comitê de Sustentabilidade, com o objetivo de desenvolver, difundir, implementar e monitorar ações que promovam a sustentabilidade setorial

O tema diversidade e inclusão/ESG, inserido entre os temas prioritários para o ano, teve como destaque a consolidação do **Fórum Diversidade e Inclusão ABCR**, com participação das concessionárias associadas, que promoveu treinamentos e eventos durante todo o ano. O tema é liderado pela analista de projetos da ABCR, Jacqueline Rodrigues.

EVENTO TEM APOIO DA ABCR

Em novembro, a Arena B3, em São Paulo, foi palco do InfraConnect e InfraESG. O evento é uma iniciativa da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) em parceria com Ministério do Transportes, Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), Grupo Brasil Export e Arena B3, e teve patrocínio e participação da ABCR.

Como entidade comprometida com a agenda, a Associação marcou presença neste encontro estratégico, que reuniu especialistas, autoridades e empresas para discutir as melhores práticas, desafios e oportunidades na implementação de iniciativas voltadas à conectividade e à agenda ESG (ambiental, social e governança) no setor de infraestrutura e logística.




Rodovias do Tietê


Arteris Fernão Dias

PLANEJAMENTO

SEGUNDO CICLO INICIADO COM SUCESSO

Relevantes resultados foram conquistados com o início do segundo triênio do Planejamento Estratégico da Associação

O Planejamento Estratégico 2024-2026/2030 da ABCR traçou novas prioridades e estratégias para o setor e para a Associação. Com base na avaliação das metas e diretrizes atingidas no primeiro triênio (2020-2023), a ABCR mapeou **novos eixos prioritários** para o fortalecimento do setor e o desenvolvimento das concessões de rodovias. Os focos recaem sob a resolução de passivos regulatórios, a ampliação da segurança jurídica, adoção de tecnologias de ponta, consolidação de padrões ESG e fortalecimento da reputação do setor perante a sociedade. Também se destaca a necessidade de aprimorar a qualidade dos projetos, editais e contratos, além de adequar recursos humanos e físicos para a robusta carteira de iniciativas previstas.

“Este segundo ciclo de planejamento (2024–2026) representa mais do que uma simples atualização de metas. É a oportunidade de aprofundar colaborações, incorporar inovações tecnológicas e fortalecer nossa governança. A consolidação desses esforços resultará em um setor de concessões de rodovias cada vez mais resiliente, seguro e orientado aos desafios vigentes”, pontua a Gerente de Planejamento e Projetos da ABCR, Pamela Barbosa.

Paralelamente, a ABCR seguiu com esforços para atuar em conjunto com organizações relevantes para o setor. As **parcerias e cooperações** seguiram os princípios e práticas de gestão da ABCR, passando por etapas de planejamento, definição de metas, monitoramento e avaliação de resultados - realizadas em conjunto com os parceiros envolvidos em cada iniciativa. São elas:

Aliança para a Infraestrutura: atuação conjunta das associações representativas dos quatro modos de transporte - ABCR, Associação Nacional dos Transportadores Ferroviários (ANTF), Associação Brasileira dos Terminais Portuários (ABTP) e Aeroportos do Brasil (ABR) em prol do fortalecimento de agenda comum, em especial, a defesa da segurança jurídica. Em 2024, grande parte dos esforços foram concentrados no tema Reforma Tributária.

28,2 mil km de rodovias

concedidas no País em 2024 e previsão de 14 mil km de novas licitações em 2025

Associação Brasileira das Empresas de Pagamento Automático para Mobilidade (ABEPAM): atuação conjunta para a construção de propostas setoriais para o aprimoramento de aspectos relacionados aos meios de pagamento de tarifas nas rodovias, mitigação e redução do risco de evasão e inadimplência do free-flow no Brasil; e ações para a ampliação do número de usuários de TAGs.

Pacto pela Segurança Viária: atuação conjunta para fomentar ações coordenadas que contribuam para a segurança viária, prevenção de sinistros de trânsito e fatalidades nas rodovias brasileiras, além de estimular políticas públicas orientadas para o assunto. Assinam ABCR; Ministério dos Transportes; Infra S.A; Associação Brasileira das Empresas de Engenharia de Trânsito (Abeetrans); Associação Brasileira de Segurança Viária (Absev); International Road Assessment Programme (iRAP); Instituto Nacional de Projetos Para Trânsito e Segurança (Inprotran); e Observatório Nacional de Segurança Viária (ONSV).

Ministério dos Transportes: Acordo de Cooperação Técnica com objetivo de aprimoramento de temas regulatórios como relicitação, custos rodoviários, sustentabilidade e ESG, free-flow e pesagem dinâmica.

Novas associadas

O setor de concessões de rodovias viveu um de seus mais promissores momentos em 2024, com número recorde de leilões. Sob esse contexto, ingressaram **seis novas associadas** à ABCR – o que reflete o compromisso contínuo da Associação em agregar valor ao setor, promovendo a troca de conhecimento, a colaboração e o desenvolvimento de boas práticas. Foram elas:

EPR Litoral Pioneiro: responsável pela administração do Lote 2 do Paraná, abrangendo o Litoral, Cam-pos Gerais e o Norte Pioneiro do estado. O trecho concedido totaliza 604,1 km.

EPR Sul de Minas: administra sete rodovias na região Sul de Minas, são elas: BR-459, MG-173, MG-290, MG-295, MG-455, CMG-146, LMG-877, totalizando extensão de 454,3 km.

EPR Triângulo: responsável pela administração de 627,4 km de estradas no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, em Minas Gerais. As rodovias sob sua gestão incluem a BR-365, BR-452, MGC-452, LMG-462, LMG-782, LMG-798, LMG-812, MG-190 e MG-427.

EPR Vias do Café: responsável pela administração de 432,8 km de extensão, o trecho abrange 22 municípios no estado de Minas Gerais. As rodovias sob sua administração incluem a MG-167, BR-265, LMG-863, MGC-491, BR-146 e MGC-369.

Via SP Serra: administra o trecho norte do Rodoanel Mário Covas, em São Paulo, com contrato que abrange extensão de 44 km.

EPR Via Mineira: administra trecho de 232,1 km de estradas da BR-040, entre Belo Horizonte e Juiz de Fora, em Minas Gerais.


Ecovias



Ecovias do cerrado

FAZENDO A REVOLUÇÃO TECNOLÓGICA

Setor de concessões de rodovias vive seu momento mais tecnológico e a tendência é de incorporar cada vez mais inovações

As rodovias concedidas vêm assumindo um papel cada vez mais vanguardista, impulsionadas por inovações e aprimoramentos que impactam diretamente a experiência dos usuários e fortalecem o desenvolvimento do País. Entre os marcos do ano, destaca-se a **ampliação do Free Flow**, que teve nova resolução publicada em 2024. Para se ter uma ideia do avanço de sua implementação, em 2024 já havia 13 pórticos em operação no País, em cinco concessões (CCR RioSP, Caminhos da Serra Gaúcha, EPR Sul de Minas, EcoNoroeste e Tamoios).

A Resolução Contran 1.013/2024 aprimorou o regramento vigente, proporcionando uma nova disciplina para a tecnologia. Entre outros, a resolução ampliou o prazo para o pagamento das tarifas para 30 dias e reforçou elementos de sinalização, para reforçar a comunicação com os usuários. A modernização da resolução do Contran caracteriza avanço regulatório para o sucesso do Free Flow, modelo que deve se expandir de forma expressiva nos próximos anos.

Em paralelo, a homologação das **primeiras balanças de pesagem dinâmica** (HS-WIM) pelo Inmetro sinaliza a incorporação de tecnologia de ponta para o monitoramento de cargas em tempo real. O modelo inovador de fiscalização de peso agiliza o processo, otimiza a vida útil do pavimento e aumenta a segurança viária, contribuindo para uma gestão inteligente do tráfego rodoviário. O primeiro sistema de HS-WIM, da Ecovias do Cerrado, foi homologado pelo Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Inmetro) em agosto.

O resultado de todas essas iniciativas é um **ecossistema rodoviário mais conectado e preparado** para enfrentar os desafios da mobilidade moderna. A adoção de processos automa-tizados, medições dinâmicas e novas tecnologias reforça o empenho do setor em oferecer infraestrutura eficiente e sustentável. “O ano de 2025 cristalizará a revolução tecnológica em curso nas rodovias concedidas, com as diversas frentes hoje abertas, tal como o Free Flow, a pesagem em movimento e a conectividade”, comenta o diretor-presidente da ABCR, Marco Aurélio Barcelos.

13 pórticos Free Flow
já estavam em operação no Brasil em 2024

CONCESSÕES PREVISTAS EM 2025

Estima-se que cerca de 14 mil km sejam adicionados à malha rodoviária concedida por meio de novas licitações realizadas pelo Governo Federal e pelos estados apenas em 2025 (vide mapa abaixo).



Estadual 6.635 km

Federal 8.249 km

Total 14.884 km

Fonte: Radar PPP (www.radarppp.com)

FUTURO DO SETOR

14 MIL KM DE NOVAS CONCESSÕES PREVISTAS EM 2025

Setor bate recorde histórico de licitações em 2024; ano de 2025 deverá ser ainda mais promissor

O setor de concessões de rodovias segue em plena expansão, consolidando-se como pilar essencial para a infraestrutura de transportes no País. Com resiliência e capacidade de atrair investimentos, o modelo garante rodovias mais seguras, modernas e eficientes.

Sob a ótica das licitações, o ano de 2024 teve recorde histórico para o setor. Foram leiloados 4 mil quilômetros de rodovias, distribuídos em 10 licitações, sendo 7 no âmbito do Programa Federal e 3 do Estado de São Paulo. São estimados mais de R$100 bilhões em investimentos ao longo desses contratos.

Sob a ótica dos contratos, 2024 foi um ano de expansão para as concessões rodoviárias. Foram assinadas quatro novas concessões, ampliando a malha viária concedida - a extensão total das rodovias sob gestão privada no Brasil superou 28 mil quilômetros, com investimentos acumulados acima de R$270 bilhões desde 1998.

Para 2025, a expectativa é de um volume expressivo de novos projetos, com cerca de 30 novos leilões previstos. As novas concessões devem injetar mais de R$180 bilhões em investimentos ao longo dos contratos e adicionar 14 mil quilômetros à malha concedida, consolidando o modelo como o principal vetor de desenvolvimento da infraestrutura rodoviária no Brasil.

“Esse crescimento evidencia que as concessões de rodovias continuam sendo o caminho sustentável para o avanço da infraestrutura de transportes no Brasil, garantindo segurança jurídica, previsibilidade regulatória e elevados padrões de governança. Poucos mercados no país serão capazes de impulsionar o volume de recursos relacionados às rodovias brasileiras, e o Brasil caminha para se tornar líder mundial em concessões rodoviárias”, ressalta o Diretor-presidente da ABCR, Marco Aurélio Barcelos.

Um crescimento que torna este um dos momentos mais promissores para o setor, e reforça que os programas de concessões rodoviárias representam o caminho sustentável para a infraestrutura do País, com melhorias na qualidade das rodovias, maior segurança e fluidez no trânsito; redução dos custos de manutenção e operação da malha; atração de investimentos privados; e geração de emprego e renda.

O setor em números 2024

81
concessionárias em operação (56 associadas)

28.243 km
Rodovias concedidas

R$ 21,5 bi
aplicados, **recorde** da série histórica desde 2010

75,6 mil
pessoas empregadas **(36% superior a 2023)**

R$ 13,7 bi
bilhões investidos em melhorias nas rodovias

R$ 7,8 bi
investidos na manutenção e operação

R$ 3,6 bi
gerados em tributos federais

R$ 1,4 bi
gerados em impostos municipais

+ DE 1,7 MILHÃO
de veículos atendidos (1 a cada 18 segundos)

+6.566 CÂMERAS
de monitoramento (1 a cada 4 km)

+ DE 289 MIL
atendimentos médicos realizados (1 a cada 1:50 min)

389 BASES
para atendimento aos usuários

654 GUINCHOS
em operação (1 a cada 42 km)

517 AMBULÂNCIAS
em operação (1 a cada 55 km)

2,03 bi
tráfego total[1]

1,94 bi
tráfego pedagiado[2]

1. O tráfego total é a soma do tráfego pedagiado e do tráfego isento. O tráfego isento é composto por veículos isentos (veículos oficiais, não sujeitos, por lei, ao pagamento do pedágio), veículos credenciados /licenciados nos municípios lindeiros quando dispensados do pagamento de pedágio) e motos isentas (motocicletas que não pagam pedágio por norma definida pelo respectivo poder concedente).

2. O tráfego pedagiado consiste no somatório de veículos leves, motos pedagiadas e veículos comerciais que passaram pelas praças de pedágio e que são obrigados a realizar os devidos pagamentos da tarifa
*Dados informados pelas concessionárias associadas até a data de 28/02/2025

Em dezembro de 2024, 81 concessionárias estavam em operação no Brasil, administrando 28.243 km de rodovias

	Concessionária	Associada	Localização	Extensão (km)
FEDERAL	CCR MSVIA	🟢	MS	845,4
	CCR VIACOSTEIRA	🟢	SC	220,42
	CCR VIASUL	🟢	RS	473,4
	CONCEBRA	🔴	GO	1176,5
	CONCER	🔴	RJ	180,4
	ECO 050	🟢	MG	436,6
	ECO101	🟢	ES	478,7
	ECOPONTE	🟢	RJ	28,7
	ECORIOMINAS	🟢	RJ	726,9
	ECOSUL	🟢	RS	457,3
	ECOVIAS DO ARAGUAIA	🟢	GO	850,7
	ECOVIAS DO CERRADO	🟢	MG	437
	EPR LITORAL PIONEIRO	🟢	PR	607
	EPR VIA MINEIRA	🟢	MG	233
	FERNÃO DIAS	🟢	MG	562,1
	FLUMINENSE	🟢	RJ	322
	LITORAL SUL	🟢	PR	406,6
	NOVA ROTA DO OESTE	🟢	MT	850,9
	PLANALTO SUL	🟢	SC	412,7
	RÉGIS BITTENCOURT	🟢	SP	396
	RIOSP	🟢	SP	625,8
	RODOVIA DO AÇO	🟢	RJ	200,4
	TRANSBRASILIANA	🔴	SP	321,6
	VIA 040*	🟢	MG	936,9
	VIA ARAUCÁRIA	🔴	PR	473
	VIA BRASIL BR-163	🟢	MT	1009,5
	VIABAHIA	🟢	BA	680,6
ESTADUAL	APASI	🔴	MT	89,78
	AUTOBAN	🟢	SP	319,8
	BAHIA NORTE	🟢	BA	121,45
	CAMINHOS DA SERRA GAÚCHA	🟢	RS	80
	CART	🔴	SP	834
	CLN	🟢	BA	217,17
	CNL - NOVO LITORAL	🟢	SP	212
	CONCEF - ESTRADA DO FEIJÃO	🔴	BA	548
	ECO135	🟢	MG	364
	ECONOROESTE	🟢	SP	442,1
	ECOPISTAS	🟢	SP	143,7
	ECOVIAS	🟢	SP	176,9
	EIXO SP	🔴	SP	1273
	ENTREVIAS	🟢	SP	570,854
	EPR SUL DE MINAS	🟢	MG	466
	EPR TRIÂNGULO	🟢	MG	627
	EPR VIAS DO CAFÉ	🟢	MG	433
	GRÃOS DO PIAUÍ	🔴	PI	276,8
	INTERVIAS	🟢	SP	375,696
	INTERVIAS-MT	🔴	MT	141,6
	MORRO DA MESA	🔴	MT	111,6
	PONTE SALVADOR-ITAPARICA	🔴	BA	12,4
	RENOVIAS	🟢	SP	345,66
	RODOANEL BH	🔴	MG	61
	RODOANEL OESTE	🟢	SP	30
	RODOVIA DA MUDANÇA	🔴	MT	148,33
	ROTA 116	🟢	RJ	140,4
	ROTA DAS BANDEIRAS	🟢	SP	297
	ROTA DE SANTA MARIA	🟢	RS	204,5
	ROTA DO ATLÂNTICO	🟢	PE	35,2
	ROTA DO PARÁ S.A.	🔴	PA	526
	ROTA DOS COQUEIROS	🟢	PE	6,52
	ROTA DOS GRÃOS	🔴	MT	140,6
	SPMAR	🟢	SP	154,305
	SPS - RODOVIA 235	🔴	MT	113
	SPVIAS	🟢	SP	505,734
	TAMOIOS	🟢	SP	85
	TEBE	🟢	SP	155,982
	VIA BRASIL- MT 100	🔴	MT	111,9
	VIA BRASIL MT-246	🔴	MT	233,2
	VIA BRASIL MT-320	🔴	MT	188,2
	VIA COLINAS	🟢	SP	306,896
	VIA NASCENTES	🟢	MG	371,35
	VIA NORTE SUL	🔴	MT	138,4
	VIA SP SERRA	🟢	SP	43
	VIA TIETÊ	🟢	SP	616,906
	VIALAGOS	🟢	RJ	57
	VIAOESTE	🟢	SP	168,62
	VIAPAULISTA	🟢	SP	720
	VIARONDON	🟢	SP	413,37
	WAY BRASIL - MS-112	🔴	MS	412,4
	WAY-306	🔴	MS	219,5

*O contrato de concessão da Via 040 terminou em agosto de 2024.

	Concessionária	Associada	Localização	Extensão (km)
MUNICIPAL	CRP	🔴	MG	5
	LAMSA	🟢	RJ	17,43
	VIARIO	🟢	RJ	20,7



CCR ViaOeste

EQUIPE TÉCNICA ABCR

Composição em março de 2025



Marco Aurélio Barcelos

Diretor-Presidente da ABCR. Doutor em Direito do Estado pela Universidade de São Paulo (USP), mestre em Direito Administrativo pela UFMG e mestre em Direito (LL.M) pela Universidade de Londres, além de certificação CP³P. Bacharel em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais. Foi secretário de Infraestrutura e Mobilidade de Minas Gerais e secretário de Articulação para Investimentos e Parcerias no Programa de Parcerias de Investimentos - PPI da Presidência da República.

Marco Antonio Giusti



Diretor Executivo da ABCR. Formado em Engenharia Eletrônica pelo Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA), em Direito pela Universidade de São Paulo (USP) e mestre em administração (MBA) pela Universidade de Michigan – Ann Arbor. Atuou por cerca de 4 anos na Arteris S.A, onde exerceu o papel de Diretor de Engenharia. Foi executivo na Pöyry Tecnologia, consultor na McKinsey&Co e engenheiro de produto/ projetos na General Motors do Brasil e na Rhodia S.A.



Guilherme Bianco

Diretor de Relações Institucionais da ABCR. Mestre em Planejamento de Transportes pela Universidade de Brasília (UnB) e tem Pós-Graduação em Gestão Pública e Normatização do Trânsito e Transportes, além de certificação CP³P. Engenheiro civil pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Atuou como Assessor Legislativo no Senado Federal, foi Diretor de Transporte Rodoviário e Diretor de Planejamento no Ministério da Infraestrutura e subchefe na Presidência da República.

André Curiati



Especialista Regulatório da ABCR. Mestrando em Direito e Desenvolvimento na Fundação Getulio Vargas (FGV Direito SP), com apoio da Bolsa Mário Henrique Simonsen de Ensino e Pesquisa. Graduado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP, 2020). Especialização em Direito Administrativo pela Fundação Getulio Vargas (FGV Direito SP, 2022). Ex-aluno da Escola de Formação Pública da Sociedade Brasileira de Direito Público (SBDP, 2019).



Beatriz Camara

Auxiliar Técnica de Design da ABCR. Formada em Marketing. Especialista em Design e Publicidade, com foco em projetos gráficos e criação de identidade visual. Possui certificação em UI/UX e certificação Google For Education. Iniciou sua atuação em 2017, como Designer Gráfico Júnior. Foi Designer Instrucional do projeto SEE Learning Brasil, pela Emory University.

Caio Monteiro



Analista de Dados da ABCR. Graduado em Gestão da Tecnologia da Informação pela Faculdade de Informática e Administração Paulista (FIAP).



Flávia Momii

Assessora de Conformidade e DPO (Data Protection Officer) da ABCR. Graduada em Administração de empresas pela Universidade Presbiteriana Mackenzie de São Paulo com curso SCCE (Society of Corporate Compliance and Ethics) concluído em 2019. Foi gerente de riscos e compliance de empresa de consultoria, com experiência em diversos segmentos (infraestrutura, saúde, indústria, alimentos, varejo, financeiro), e atuou na área de prevenção a fraudes nos principais bancos de varejo.

Jacqueline Rodrigues



Analista de Projetos da ABCR. Especialista em Gestão de Pessoas, MBA Executivo em Gestão Empresarial. Certificada em Liderança Púbica pela Motriz e ESG & Gestão pela USP ESALQ. Tem certificação CP³P. Foi Diretora de Projetos na Secretaria de Desenvolvimento Econômico de Bauru, SP e Gestora de Programas de Impacto Socioeconômico e Políticas Públicas no terceiro setor e em grandes empresas. Membro do Grupo Mulheres do Brasil, ForbesBLK e Compliance Women Committee.



Karina Fera

Diretora Jurídica da ABCR. Graduada em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e pós-graduada em Direito Processual Civil também pela PUC-SP. Tem certificação CP³P. É membro da Comissão de Infraestrutura da OAB-SP e do Infra Women Brazil. Atou atuou como gerente jurídica na Cemip Saúde e em escritórios de advocacia.

Ligia Almeida



Assessora de Relações Institucionais da ABCR. Graduada em ciências da computação pelo Centro Universitário do Planalto Central Apparecido dos Santos (UNICEPLAC). Trabalhou no Ministério dos Transportes de 2000 a 2015, atuando como assessora legislativa do Ministério no Congresso Nacional de 2007 a 2015.



Marcia Candido

Analista da ABCR. Formada em Biblioteconomia pelo Centro Universitário Assunção (Unifai), iniciou sua carreira como Auxiliar Administrativa. Há mais de 10 anos na ABCR, onde desenvolve uma trajetória em gestão de informações e Inteligência de Dados.

Pamela Barbosa



Gerente de Planejamento e Projetos da ABCR. Graduada em engenharia civil pela Universidade Paulista e pós-graduada pela USP/ESALQ em Gestão de projetos. Na ABCR, iniciou sua atuação como estagiária de engenharia em 2016. Anteriormente, atuou no setor de controle de qualidade e de orçamentação, em laboratórios tecnológicos de construção civil.



Pedro Sayeg

Advogado Júnior da ABCR. Graduado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e pós-graduando em Direito Administrativo pela Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Raymundo Quadros



Gerente Administrativo Financeiro da ABCR. Graduado em Administração de Empresas pela Universidade Salvador e pós-graduado pela FGV em Gestão de Pessoas com ênfase em Estratégias. Anteriormente, atuou como gerente administrativo de obra em construtora.



Roberta Toscano

Gerente de Comunicação e Imagem da ABCR. Graduada em Comunicação Social - Publicidade e Propaganda pelo UniCEUB e especialista em Gestão Pública e Marketing pela Fundação Getulio Vargas. Atuou na Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), Conglomerado do Banco do Brasil na BB Tecnologia e Serviços, Ministério das Comunicações e Casa Civil da Presidência da República.

Victor Hugo Costa



Gerente de Estudos e Inteligência de Mercado da ABCR. Possui MBA em Gestão e Engenharia de Produtos e Serviços pela Politécnica da USP e em Bussiness Intelligence pela XP Educação, além de certificação CP³P. É Graduado em Administração Pública pela Fundação João Pinheiro. Atuou no poder público, na iniciativa privada e no terceiro setor na modelagem e implantação de concessões e parcerias público-privadas.



MELHORESRODOVIAS.ORG.BR